

REFLEXÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO A PARTIR DE QUESTÕES DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

REFLECTIONS ON DEBT BASED ON QUESTIONS FROM THE EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

Gabriela Dutra Rodrigues Conrado¹

RESUMO

Neste artigo discute-se sobre dívidas e endividamento, assuntos caros à Educação Financeira. De tal modo, analisaram-se cinco questões do Exame Nacional do Ensino Médio e documentos orientadores de práticas de Educação Financeira com o objetivo de entender como esses materiais abordam a temática da dívida e que tipos reflexões podem ser produzidos sobre o endividamento a partir de suas análises. Adotando inspirações pós-críticas da análise do discurso para o tratamento do material, foi possível debater sobre: o papel dos conhecimentos matemáticos na Educação Financeira; os discursos em torno de regimes de verdade de que todos têm de pagar suas dívidas e gerenciamento das dívidas e empresariamento de si. Pode-se notar que os discursos em torno da dívida, com avanço do capitalismo financeiro, antes direcionados para evitá-las, na atualidade, presam por gerenciá-las. Ademais, o tom moralizante sobre o endividamento parece tocar mais fortemente as pessoas com menos recursos financeiros.

Palavras-chave: Educação Financeira; Dívida; ENEM; Neoliberalismo; Política Curricular.

ABSTRACT

This work discusses debt and individualization, issues important to financial education. In this way, five questions from the Exame Nacional do Ensino Médio and documents guiding financial education practices were investigated with the aim of understanding how these materials address the topic of debt and what types of reflections can be produced on debt from your analyses. Adopting post-critical inspirations from discourse analysis to treat the material, it was possible to debate: the role of mathematical knowledge in financial education; the discourses around regimes of truth that we all have to pay our debts and debt management and self-entrepreneurship. It can be noted that the discourses around debt, with the advancement of financial capitalism, previously aimed at avoiding it, currently focus on managing it. Furthermore, the moralizing tone about individualism seems to affect people with fewer financial resources more strongly.

Keywords: Financial Education; Debt; ENEM; Neoliberalism; Curriculum Policy.

INTRODUÇÃO

Nas discussões sobre a relevância da promoção da Educação Financeira (EF) a temática da dívida surge como uma questão relevante para pensar o tempo presente. Documentos orientadores de políticas curriculares (OCDE, 2005; ENEF, 2010; INEP, 2020), estudos (CAMPOS; TEIXEIRA; COUTINHO, 2015; VIEIRA; PESSOA, 2020) e outras propostas, afirmam que a EF oferece ferramentas para auxiliar as pessoas a administrarem o endividamento ou mesmo sair de uma situação de dívidas. Assim, entende-se que ao debater sobre as dívidas também se está discutindo EF.

No contexto da educação básica, situações envolvendo matemática e as finanças estão presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), livros didáticos e outros documentos curriculares. Dentre os materiais curriculares da educação básica, pode-se observar uma relação entre matemática e finanças em questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ENEM tem se



constituído com uma das avaliações mais abrangentes da educação básica, além de servir como instrumento para examinar a qualidade do ensino no Brasil, é porta de entrada para a maioria das instituições de Ensino Superior no país, por essa razão suas questões circulam em vários espaços, são replicadas e estudadas em sala de aula, cursos preparatórios para o ENEM e em plataformas virtuais, como o *YouTube*.

Na seção de Matemática e suas tecnologias, as questões não têm como característica a aplicação imediata de fórmulas, o Exame valoriza a interpretação de problemas com inspiração no contexto social e em eventos científicos e tecnológicos. Analisando as questões do ENEM, nota-se que em algumas é preciso interpretar um contexto relacionado às dívidas, essas, são questões objeto de estudo deste artigo. O Exame não tem como objetivo avaliar conhecimentos sobre endividamento, mas ao abordar a temática, de certa forma, educa sobre o assunto. Na educação escolarizada, o currículo é o instrumento que organiza as experiências educativas.

Para Silva (2015), um currículo não é formado apenas pelas listagens de conteúdo a serem ensinados, diz respeito a toda dinâmica escolar, documentos, sua organização, comunicação e arquitetura. Um currículo engloba tudo aquilo que apresenta alguma forma de conhecimento e pode produzir efeitos nas subjetividades e nos modos como as pessoas se conduzem e se comportam. Portanto, parte-se do ponto de vista que os contextos das questões do ENEM têm um currículo e apresentam certas racionalidades atreladas ao tempo histórico em que são produzidas.

Para compor as discussões sobre a temática da dívida, buscou-se por documentos orientadores de políticas curriculares para a EF – Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010), PISA 2021: matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro (INEP, 2020) e *Recommendation of the Council on Financial Literacy* (OCDE, 2022) – por trechos que abordassem o endividamento. Nesses termos, o objetivo do artigo foi entender como esses materiais abordam a temática da dívida e que tipos reflexões podem ser produzidos sobre o endividamento a partir de suas análises.

Assim, os materiais investigados neste artigo são constituídos de questões de matemática do ENEM, em que o contexto do endividamento está presente, e os três documentos orientadores supracitados. Na sequência, trata-se de abordar as conexões entre EF e dívida e o governo dos indivíduos por meio desses saberes. Logo após, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, seguidos da discussão dos materiais analisados a partir de três grupos de sentido: a) o papel dos conhecimentos matemáticos na EF; b) todos têm de pagar suas dívidas; c) gerenciamento das dívidas e empresariamento de si.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DÍVIDAS

A EF emerge como um saber relevante na virada do século XX para o século XXI para acompanhar as profundas modificações na economia, no capitalismo e por consequência, no entendimento sobre as finanças. O capitalismo fundamentado no desenvolvimento da indústria tem cedido espaço para o capitalismo financeiro, embasado em transações bancárias, fundos de investimento e rentismo, apenas para citar alguns exemplos (LAZZARATO, 2013; 2017). Com essa inflexão no cenário econômico, os saberes mobilizados nos espaços escolares sobre finanças, majoritariamente pertencentes ao campo da matemática comercial e financeira, precisaram ser atualizados.

Até a década de 1980, os conhecimentos sobre finanças em nível médio de escolaridade destinavam-se principalmente para as carreiras profissionalizantes, integrando o currículo de cursos técnicos de contabilidade e administração. A partir das modificações no cenário econômico permeado pela globalização, ampliação de acesso ao crédito e aumento do consumo, outras esferas da vida privada passaram a ser influenciadas



pelas finanças. Assim, o ensino de finanças passa a extrapolar as fronteiras dos cursos técnicos participando do currículo em nível médio geral. Na década de 1990, obras como Matemática: Volume I, versão Beta (BIANCHINI; PACCOLA, 1995), 2º grau de Matemática (MARANHÃO, 1991) já apresentavam seções sobre Matemática Financeira (MF) em suas obras.

Nesses moldes, embora haja uma ampliação da presença das finanças no currículo escolar geral, o tema ainda estava circunscrito nos domínios disciplinares da matemática. É a partir da publicação dos PCN que a temática das finanças experimenta um primeiro movimento de atravessamento das fronteiras disciplinares. No tema transversal Trabalho e Consumo (BRASIL, 1998), há orientação para realização de trabalhos pedagógicos que analisem todo o sistema de circulação do dinheiro na sociedade, iniciando conhecimentos sobre mercado financeiro e o sistema bancário.

De maneira explícita, a EF vai ser enunciada na Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (BRASIL, 2010), que irá regulamentar propostas e incentivar ações, pesquisas, produções de materiais destinados a educar financeiramente estudantes, professores e famílias. A ENEF é elaborada em consonância com as orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o tema, organismo que desde o início dos anos 2000 já vinha tratando da importância de educar financeiramente as pessoas.

A OCDE tem um papel central na promoção de debates em torno da EF, enquanto organismo transnacional, tem-se ocupado em recomendar ações para o campo educacional, destinada aos seus 38 países membros e países parceiros, dentre eles o Brasil, a fim de essas ações colaborem no desenvolvimento econômico. Britto, Kistemann Jr. e Silva (2014, p. 188) destacam que nos direcionamentos da OCDE para a EF prepondera “[...] uma prática (neo) liberal, orientada aos mercados financeiros e em favor do capital.”, nesse prisma, é importante problematizar as orientações, especialmente, àquelas destinadas à educação básica.

Uma das estratégias utilizadas pela OCDE para influenciar o campo educacional é a aplicação de testes padronizados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), assim, a Organização pauta competências a serem avaliadas globalmente, produzindo efeitos nas políticas curriculares dos países participantes. O PISA avalia conhecimentos de Leitura, Matemática e Ciências, mais um domínio especial a cada edição, nos anos de 2012 e 2018, o domínio especial foi letramento financeiro.

Dentre as possíveis contribuições da EF para a vida das pessoas, a gestão das dívidas aparece como assunto relevante. Informações fornecidas pela OCDE (INEP, 2020) e Plano Diretor (ENEF, 2010) indicam que existe um número expressivo de pessoas endividadas no cartão de crédito, em financiamentos estudantis e outras modalidades de crédito, apresentando um cenário econômico distinto do que se observava há algumas décadas. De tal modo, uma das atribuições da EF seria fornecer conhecimentos que pudessem auxiliar às pessoas na gestão de suas dívidas, como pode se observar nos trechos a seguir:

Os programas de educação financeira devem se concentrar em questões de alta prioridade que, a depender das circunstâncias nacionais, podem envolver aspectos importantes do planejamento da vida financeira, como poupança básica, gestão da dívida privada ou seguro, [...] (OCDE, 2005, p. 5).

Discentes e docentes educados em temas financeiros podem constituir-se em indivíduos crescentemente autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras, que prejudiquem não só sua própria qualidade de vida como também a de outras pessoas (ENEF, 2010, p. 63).

No entanto, ao mesmo tempo em que a sociedade começava a vivenciar uma nova forma de usufruir suas finanças, havia uma preocupação em orientá-la quanto aos prejuízos do consumo excessivo e à importância de um planejamento doméstico e familiar para evitar dívidas e desperdícios, preparando-se para um futuro financeiro saudável e equilibrado (VIEIRA, PESSOA, 2020, p. 663).



Nessa perspectiva, a aplicação da EF pode colaborar na *gestão da dívida privada* ou mesmo, *evitar dívidas*, pois pessoas educadas financeiramente seriam *menos suscetíveis a dívidas descontroladas* e mobilizariam conhecimentos que as permitissem planejar melhor seus ganhos e gastos mantendo um equilíbrio financeiro.

Considera-se relevante explicar o significado de alguns termos utilizados para enunciar sobre as dívidas. No dicionário Michaelis (2008) dívida é “o que se deve”, ou também “culpa, pecado”; endividamento diz respeito ao “aumento das dívidas”. Assim, adquirir uma dívida implica uma obrigação de pagamento segundo certas condições acertadas entre as partes. De acordo com Graeber (2022), a dívida diferencia-se de uma obrigação comum por envolver dinheiro, para o autor não é possível entender o sentido de dívida sem tratar de dinheiro. Lazzarato (2013) entende que o significado de dívida tem se mostrado potente para moralizar comportamentos e produzir subjetivações; possuir uma dívida é ter uma promessa a ser cumprida, não conseguir cumpri-la, traduz-se em sentimento de culpa.

A noção de superendividamento pode ser entendida nos termos da lei nº 14.181, (BRASIL, 2021), como “[...] a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação”. Já a inadimplência, segundo dicionário Michaelis (2008), significa o “descumprimento de um contrato” a falta de cumprimento de uma obrigação, não pagamento de uma dívida.

O consumo, viabilizado por tecnologias como o cartão de crédito, facilita as compras e insere as pessoas em um sistema de dívidas (LAZZARATO, 2017). Muitas vezes, o endividamento ocorre por compras irrefletidas mobilizadas pelo consumismo. Contudo, muitos dos endividamentos são produzidos pela aquisição de itens básicos para fornecer um mínimo de dignidade às pessoas. Devido a diminuição do poder de compra, em algumas situações, não é possível arcar com a promessa de pagamento, acarretando o pagamento de juros, estreitando ainda mais o orçamento das famílias.

Nesse último cenário, considera-se que precisam ser mobilizadas outras práticas, para além da EF, a fim de produzir com algum tipo de equilíbrio financeiro no orçamento. As condições de endividamento de muitas famílias não podem ser solucionadas apenas com planejamento e organização financeira, são necessárias transformações políticas e econômicas a fim de diminuir desigualdades entre credores e devedores (LAZZARATO, 2013;2017).

Para Cavallero e Gago (2019), o endividamento existe porque foram retiradas condições mínimas de existência. Para sobreviver, pessoas menos favorecidas recorrem a trabalhos precários, muitos simulando empreendedorismo, e créditos pouco vantajosos. Nesses termos, argumenta-se que a dívida não deve ser vista como um problema individual, de falta planejamento financeiro, mas pertencente a uma racionalidade econômica que afeta mais fortemente as pessoas com menos recursos financeiros.

No século XIX, mais precisamente após a crise financeira de 2008, o gerenciamento das dívidas se sobrepõe a prática de liquidar obrigações financeiras, ou mesmo, não as adquirir. Financiamento, cartão de crédito, empréstimo, consórcio; é difícil encontrar uma pessoa que não esteja envolvida em alguma relação de crédito. Isso se deve as transformações do capitalismo. Na sociedade industrial dos sec. XVII e XVIII, o capital era gerado, principalmente, pela produção e comercialização de bens e serviços.

Desde a década de 1970, mudanças nas características do capitalismo podem ser notadas, que passa a ser financeirizado, assim, o lucro das grandes corporações não advém da produção e venda de bens, mas da comercialização de ações, seguros, financiamentos, títulos públicos e demais produtos financeiros. (DARDOT; LAVAL, 2016). Portanto, todos são convidados a participar do capitalismo financeiro, possuir uma conta bancária, realizar algum tipo de investimento, tomar alguma das variedades de crédito.



O GOVERNO PELA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Ao tratar do governo pela EF não se quer referir-se apenas as práticas instituídas, regulamentadas e operacionalizadas por um Governo de Estado. Para Foucault (2022), estudar o governo é evidenciar as racionalidades postas em funcionamento para conduzir as condutas das pessoas. Essas racionalidades estão cada vez mais articuladas com os propósitos da economia, nos tempos atuais, se sobressai a racionalidade neoliberal.

O neoliberalismo vem se constituindo como uma forma de existência para além nos aspectos econômicos, implica nos modos condução, consumo e desejo das pessoas. O neoliberalismo caracteriza-se por valorizar liberdade de escolha e o investimento em si mesmo, no capital humano, como uma forma de existência. As responsabilidades pelos sucessos e fracassos são individuais, tendo em vista que foram escolhas do sujeito (DARDOT; LAVAL, 2016).

Na medida em que o indivíduo passa a ser responsabilizado pelas adversidades, o papel do Estado de proteção e cuidado com a população é alterado. No neoliberalismo, o Governo deve organizar a circulação da população, operando um poder que age estrategicamente sobre os corpos dos indivíduos, nas palavras de Foucault (2022), um biopoder. Esse poder é menos proibitivo e disciplinar e mais vigilante e regulamentador, justamente por orientar sujeitos livres. Para tanto, algumas estratégias de governo são utilizadas para empreender o funcionamento da racionalidade neoliberal, uma delas é o governo para viver sem riscos.

Na contemporaneidade existe uma tendência na individualização da gestão de riscos, na qual a escola é agente importante na formação de sujeitos prudentes e capazes de identificar riscos agindo para minimizá-los. Estão nessa seara temáticas como a EF, configurando-se como um saber relevante para gerenciar riscos que envolvem as finanças (SARAIVA, 2013).

Neste sentido, a dívida tem se constituído com um tema potente para conduzir as condutas das pessoas, tendo em vista seu efeito moralizante. Possuir uma dívida implica firmar um compromisso individual, uma obrigação subjetiva de honrar com a promessa feita. Para Lazzarato (2017), na sociedade capitalista financeirizada, aqueles com menos condições de cumprir suas promessas financeiras ficam sujeitos as formas de vida precárias, a liberdade defendida por alguns economistas transforma-se em sujeição aos princípios do mercado e aprofundamento do sentido individualização das responsabilidades.

Dessa maneira, a EF funciona como uma estratégia de governo das populações, ensinando, dentre outras lições, a organizar as finanças, planejar ganhos e gastos e gerenciar ou minimizar as dívidas. A EF governa ensinando cada um a conduzir-se, aplicando conhecimentos em suas próprias finanças para alcançar efeitos em toda a população.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo trata-se de uma pesquisa com viés qualitativo, inspirada em teorizações pós-críticas da pesquisa educacional, segundo pressupostos elaborados por Paraíso (2012). Neste tipo de pesquisa, a leitura detalhada e minuciosa do material é fundamental para examinar como os enunciados em um discurso se inter-relacionam e produzem sentidos. Os discursos têm função produtiva no que dizem; não revelam uma verdade, no sentido metafísico, mas, seu estudo, colabora para compreender e problematizar os regimes de verdade em um determinado tempo histórico.

Pesquisas nessa linha investigativa não pretendem generalizar resultados ou elaborar conclusões que totalizem o objeto de estudo. Investigações com inspirações pós-críticas sinalizam possibilidades de



multiplicar entendimentos e tornar visíveis os processos de produção das práticas, sujeitos e significados (PARAÍSO, 2012).

Os materiais escolhidos para o estudo são compostos de documentos orientadores para EF, quais sejam: i) Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira, ii) PISA 2021: matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro; iii) *Recommendation of the Council on Financial Literacy* e iv) questões do ENEM que abordem dívidas.

O Plano Diretor (ENEF, 2010) consolida e orienta planos, programas e ações para educar financeiramente crianças, jovens e adultos em nível nacional. Elaborado por um grupo de trabalho diretamente relacionado às ações do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), o Plano Diretor além de contextualizar o *status* do conhecimento financeiro da população brasileira, elenca desafios para a EF, recomendando propostas de atuação, algumas destinadas especificamente para a escola.

O segundo material analisado é o documento PISA 2021: matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro (INEP, 2020), uma adaptação de uma das obras originais mais recentes da OCDE sobre o tema. O documento explicita o entendimento de letramento financeiro, tido como:

o conhecimento e a compreensão de conceitos e riscos financeiros, bem como as habilidades e atitudes para aplicar esse conhecimento e essa compreensão, a fim de tomar decisões eficazes em uma variedade de contextos financeiros, melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade, e participar ativamente na vida econômica (OECD, 2014c, p. 39, *tradução própria*).

Ser letrado financeiramente, segundo a OCDE, é conhecer *riscos financeiros* e saber aplicar certos conhecimentos com a finalidade de *tomar decisões eficazes*, não apenas para si como para toda a sociedade. Desse modo, a importância deste documento não apenas por determinar o que será avaliado em termos de letramento financeiro no PISA, mas por criar regimes de verdade sobre o tema.

Também elaborado pela OCDE, o terceiro material selecionado para análise foi o *Recommendation of the Council on Financial Literacy* (OCDE, 2020). Este documento trata das estratégias a serem adotadas nacionalmente, por países membros e parceiros, para o letramento financeiro, elabora recomendações para execução eficaz de programas de letramento financeiro nos países que aderiram a proposta.

Para a seleção das questões do ENEM, buscou-se desde a primeira edição do exame, no ano de 1998, até a edição de 2022, por questões envolvendo conhecimentos matemáticos em que juros, descontos, vendas, compras, moedas, dinheiro, custos e outros assuntos pertencentes a temática de finanças, fizessem parte dos textos das questões. Nessa primeira etapa, identificaram-se 201 questões que abordavam algum tema relacionado às finanças. Dessas questões, buscou-se por aquelas que tratavam de dívidas e cinco foram encontradas.

Entende-se que embora uma questão não trate especificamente de EF ao tratar de temáticas pertencentes ao contexto financeiro está (re)produzindo algum tipo de enunciado sobre o assunto e, portanto, produzindo algum tipo de educação. Na sequência, apresentam-se dados de identificação do material selecionado do ENEM seguidos pelas questões com uma breve descrição de seu enunciado.

Quadro I- Identificação das questões do ENEM selecionadas

Número da questão	Aplicação	Prova	Ano do Exame
25	Regular	Amarela	2000
177	Regular	Amarela	2009
150	Regular	Amarela	2012
171	Segunda	Cinza	2013
179	Segunda	Cinza	2013

Fonte: A autora

Figura I- Questão 25

<p>João deseja comprar um carro cujo preço à vista, com todos os descontos possíveis, é de R\$ 21.000,00, e esse valor não será reajustado nos próximos meses.</p> <p>Ele tem R\$ 20.000,00, que podem ser aplicados a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês, e escolhe deixar todo o seu dinheiro aplicado até que o montante atinja o valor do carro.</p> <p>Para ter o carro, João deverá esperar:</p> <p>(A) dois meses, e terá a quantia exata. (B) três meses, e terá a quantia exata. (C) três meses, e ainda sobrarão, aproximadamente, R\$ 225,00. (D) quatro meses, e terá a quantia exata. (E) quatro meses, e ainda sobrarão, aproximadamente, R\$ 430,00.</p>

Fonte: ENEM (2000)

Na questão 25 (ENEM, 2000) João, personagem da questão, deseja adquirir um bem pagando à vista. No comando da questão é preciso identificar qual a opção mais vantajosa para aplicar o dinheiro até que este atinja o valor exato do bem. Nessa questão o objetivo é não contrair dívida.

Figura II - Questão 177

João deve 12 parcelas de R\$ 150,00 referentes ao cheque especial de seu banco e cinco parcelas de R\$ 80,00 referentes ao cartão de crédito. O gerente do banco lhe ofereceu duas parcelas de desconto no cheque especial, caso João quitasse esta dívida imediatamente ou, na mesma condição, isto é, quitação imediata, com 25% de desconto na dívida do cartão. João também poderia renegociar suas dívidas em 18 parcelas mensais de R\$ 125,00. Sabendo desses termos, José, amigo de João, ofereceu-lhe emprestar o dinheiro que julgasse necessário pelo tempo de 18 meses, com juros de 25% sobre o total emprestado.

A opção que dá a João o menor gasto seria

- A renegociar suas dívidas com o banco.
- B pegar emprestado de José o dinheiro referente à quitação das duas dívidas.
- C recusar o empréstimo de José e pagar todas as parcelas pendentes nos devidos prazos.
- D pegar emprestado de José o dinheiro referente à quitação do cheque especial e pagar as parcelas do cartão de crédito.
- E pegar emprestado de José o dinheiro referente à quitação do cartão de crédito e pagar as parcelas do cheque especial.

Fonte: ENEM (2009)

A questão 177 (ENEM, 2009) retrata o sujeito endividado com produtos bancários: cheque especial e cartão de crédito. O banco propõe como forma de encerrar a dívida a quitação imediata ou parcelada. Na sequência, é colocada opção de realizar um segundo empréstimo, fora do sistema bancário, para quitar toda ou parte das dívidas. Nessa situação, José, novo credor, figura o personagem do agiota, subjetivado pela necessidade de lucrar nas oportunidades. Na questão, o indivíduo precisa escolher a opção menos onerosa para quitar as dívidas utilizando conhecimentos matemáticos.



Figura III - Questão 150

<p>Arthur deseja comprar um terreno de Cléber, que lhe oferece as seguintes possibilidades de pagamento:</p> <ul style="list-style-type: none">• Opção 1: Pagar à vista, por R\$ 55 000,00;• Opção 2: Pagar a prazo, dando uma entrada de R\$ 30 000,00, e mais uma prestação de R\$ 26 000,00 para dali a 6 meses.• Opção 3: Pagar a prazo, dando uma entrada de R\$ 20 000,00, mais uma prestação de R\$ 20 000,00, para dali a 6 meses e outra de R\$ 18 000,00 para dali a 12 meses da data da compra.• Opção 4: Pagar a prazo dando uma entrada de R\$ 15 000,00 e o restante em 1 ano da data da compra, pagando R\$ 39 000,00.• Opção 5: pagar a prazo, dali a um ano, o valor de R\$ 60 000,00.	<p>Arthur tem o dinheiro para pagar à vista, mas avalia se não seria melhor aplicar o dinheiro do valor à vista (ou até um valor menor) em um investimento, com rentabilidade de 10% ao semestre, resgatando os valores à medida que as prestações da opção escolhida fossem vencendo.</p> <p>Após avaliar a situação do ponto de vista financeiro e das condições apresentadas, Arthur concluiu que era mais vantajoso financeiramente escolher a opção</p> <p>A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.</p>
---	---

Fonte: ENEM (2012)

Na questão 150 (ENEM, 2012), o personagem deseja adquirir um bem e precisa escolher dentre cinco opções, a mais vantajosa. O texto da questão valoriza a possibilidade de aplicar o dinheiro lucrando com a rentabilidade; a racionalidade da questão está alinhada com capitalismo financeiro.

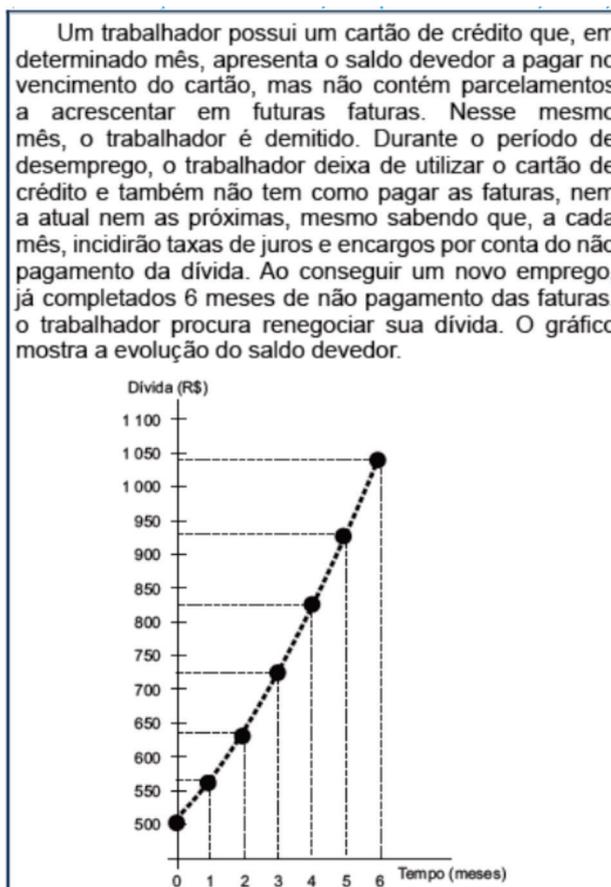
Figura IV - Questão 171

<p>O Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou novas regras sobre o pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, a partir do mês de agosto de 2011. A partir de então, o pagamento mensal não poderá ser inferior a 15% do valor total da fatura. Em dezembro daquele ano, outra alteração foi efetuada: daí em diante, o valor mínimo a ser pago seria de 20% da fatura.</p> <p>Disponível em: http://g1.globo.com. Acesso em: 29 fev. 2012.</p> <p>Um determinado consumidor possuía no dia do vencimento, 01/03/2012, uma dívida de R\$ 1 000,00 na fatura de seu cartão de crédito. Se não houver pagamento do valor total da fatura, são cobrados juros de 10% sobre o saldo devedor para a próxima fatura. Para quitar sua dívida, optou por pagar sempre o mínimo da fatura a cada mês e não efetuar mais nenhuma compra.</p> <p>A dívida desse consumidor em 01/05/2012 será de</p> <p>A R\$ 600,00. B R\$ 640,00. C R\$ 722,50. D R\$ 774,40. E R\$ 874,22.</p>
--

Fonte: ENEM (2013)

A questão 171 (ENEM, 2013) trata da dívida com cartão de crédito e do endurecimento nas regras para o pagamento mínimo da fatura. A opção pelo pagamento mínimo funciona muitas vezes como a última estratégia do consumidor para conseguir manter alguma liquidez no seu orçamento. Ao final, é preciso identificar o acumulado da dívida em uma determinada data.

Figura V - Questão 179



Com base no gráfico, podemos constatar que o saldo devedor inicial, a parcela mensal de juros e a taxa de juros são

- A** R\$ 500,00; constante e inferior a 10% ao mês.
- B** R\$ 560,00; variável e inferior a 10% ao mês.
- C** R\$ 500,00; variável e superior a 10% ao mês.
- D** R\$ 560,00; constante e superior a 10% ao mês.
- E** R\$ 500,00; variável e inferior a 10% ao mês.

Fonte: ENEM (2013)

A questão 179 (ENEM/2013) também aborda a dívida com cartão de crédito, nesse caso, o usuário fica sem condições de cumprir com as obrigações financeiras pois foi demitido. Nesse período não utilizou o cartão e propõe-se a pagar os débitos quando consegue um novo emprego. O comando da questão solicita identificar saldo devedor inicial, parcela mensal de juros e taxa de juros.



Após a apresentação das questões selecionadas, explicam-se os procedimentos analíticos em três movimentos. Em um primeiro movimento de análise, procedeu-se a leitura dessas cinco questões, grifando trechos relacionados com a dívida, na intenção de entender como os enunciados abordam a temática.

No segundo movimento de análise, os três documentos selecionados foram lidos na íntegra e procedeu-se com a identificação e destaque dos trechos que tratavam de dívidas. Esses trechos foram copiados e colados em uma planilha eletrônica dividida em três colunas de acordo com a origem do trecho.

Em um terceiro movimento de análise, buscou-se pela inter-relação entre os trechos grifados nas questões e os trechos selecionados nos documentos. Deste procedimento, conseguiu-se criar três grupos de sentido: a) o papel dos conhecimentos matemáticos na EF; b) todos têm de pagar suas dívidas; c) gerenciamento das dívidas e empresariamento de si. Cada grupo de sentido configurou-se como uma categoria de análise, discutidas na sequência.

O PAPEL DOS CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

É possível traçar várias áreas de comum interesse entre a EF e a Matemática, esta última mostra-se importante para fundamentar tomadas de decisão em um contexto financeiro (BRITO; KISTEMANN JR), pois “permite quantificar e operar valores monetários envolvidos em operações comerciais e financeiras” (CAMPOS; TEIXEIRA; COUTINHO, 2015, p. 564).

Nas questões analisadas os conhecimentos matemáticos foram mobilizados para embasar escolhas mais vantajosas para os personagens das questões, descobrindo o menor valor a ser gasto na questão 177 (ENEM, 2009), examinando quanto será o tempo necessário para um valor chegar na quantia desejada (ENEM, 2000; 2012), ou como nas questões 171 e 179 (ENEM, 2013), identificando o valor das dívidas a fim de quitá-las. No que tange aos conhecimentos necessários para a resolução, as questões envolveram: juros, operações básicas de matemática e porcentagem.

Analisando o material, a questão 25 (ENEM, 2000) se diferencia das demais por apresentar uma racionalidade de evitar a dívida, aplicando um capital até alcançar o valor desejado para comprar à vista. Considera-se que esse modelo de questão se assemelha com os tradicionais exercícios e problemas dos cursos de MF. Nesse prisma, o Plano Diretor (ENEF, 2010) considera uma colaboração mais conservadora dos conhecimentos matemáticos para orientar ações de EF, atrela o papel da Matemática aos conceitos de MF, visão ampliada por estudos mais recentes.

Segundo Kistemann Jr., Queiroz e Figueiredo (2020, p. 4), a MF “[...]se preocupava em habilitar os estudantes a realizar cálculos matemáticos presentes em situações financeiras” enquanto a EF é mais abrangente, envolve reflexões e discussões a partir dos resultados encontrados. Observa-se que está em jogo uma transformação do papel dos conhecimentos matemáticos em um cenário financeirizado, atualmente, não necessariamente os conhecimentos da MF precisam estar presente para haver estudos escolares sobre finanças.

No entanto, recomendações mais recentes sobre EF propõe outras discontinuidades na função da matemática no debate sobre as finanças. No documento PISA 2021: matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro (INEP, 2020), os conhecimentos matemáticos são relevantes, mas não suficientes para educar financeiramente, sugerem uma redução na “ênfase em habilidades numéricas nas tarefas cognitivas de letramento financeiro” visando minimizar a dependência do cálculo na avaliação.

Considera-se essa perspectiva pode enfraquecer as condições de tomadas de decisão crítica por



parte dos estudantes, tendo em vista que os conhecimentos matemáticos são ferramenta importante para comparar cenários e dimensionar o valor do dinheiro no tempo. Nessa direção Muniz Jr. (2016), pontua que prática matemática em situações financeiras embasam com mais robustez decisões sobre as finanças e permitem verificar se as regras estão sendo cumpridas nas transações financeiras.

A matriz de referência do PISA 2021 (INEP, 2020), ao minimizar a função da matemática na EF reduz as possibilidades de análise crítica dos cenários financeiros apresentados, além de mais facilmente conseguir inculcar hábitos e comportamentos sobre o que é ser letrado financeiramente. Defende-se que a matemática é importante na EF, não necessariamente precisam ser mobilizados conhecimentos pertencentes a MF, mas sim, saberes que possibilitem quantificar, ordenar e comparar situações.

TODOS TÊM DE PAGAR SUAS DÍVIDAS?

A obrigação moral pelo pagamento das dívidas pode-se ser discutida a partir dos contextos apresentados em algumas das questões analisadas. As questões 177 (ENEM, 2009), 171 e 179 (ENEM, 2013) tem como contexto o endividamento no cartão de crédito. O cartão de crédito é um instrumento que favorece o consumo e aquisição de dívidas, pois é um facilitador de acesso ao crédito. Segundo Lazzarato (2013, p. 20) “O cartão de crédito é a maneira mais fácil de transformar seu portador em devedor permanente”, já que é possível comprar um produto realizando pagamento parcelado, o que talvez não seria possível se a única opção fosse pagá-lo à vista. Assim, o cartão de crédito é um instrumento que compromete o futuro, diminuindo as possibilidades de escolha no presente para o uso do dinheiro.

Os cenários explorados nas questões refletem o contexto do capitalismo financeiro, em que os mais ricos e as grandes empresas lucram com os juros pagos pelos mais pobres. Esses cidadãos não têm alternativa a não ser pagarem suas dívidas, disciplinado o uso do crédito, como mostram os excertos: “optou por pagar sempre o mínimo da fatura a cada mês e não efetuar mais nenhuma compra” (Questão 171, ENEM, 2013); “durante o período de desemprego, o trabalhador deixa de utilizar o cartão de crédito” (Questão 179, ENEM 2013) ou cogitando recorrer a um agiota como na questão 177 (ENEM, 2009) “José, amigo de João, ofereceu-lhe emprestar dinheiro”.

No Plano Diretor (ENEf, 2010), tanto a opção pelo pagamento mínimo da fatura de cartão crédito, como a necessidade de contrair crédito fora das instituições financeiras, são práticas mais frequentes nas faixas de população de menor renda. De acordo com Lazzarato (2013; 2017), essa faixa da população utiliza seus rendimentos para consumir e conseguir sobreviver, enquanto as faixas com renda mais alta usam seus ganhos para investir e acumular capital. Dessa forma, pode-se supor que as razões do endividamento ocorrem por necessidades diferentes, para os mais pobres, incorrer em dívidas pode ser a única alternativa para consumir itens básicos, como o pagamento parcelado do gás de cozinha².

As contextualizações apresentadas nas três questões anteriores refletem, em alguma medida, o entendimento da conduta mais adequada a ser adotada por um cidadão endividado: fazer o possível para saldar as dívidas. O compromisso com o pagamento das dívidas parece ser uma verdade inquestionável na sociedade, contudo, algumas situações fogem desse compromisso moral. Tomando como exemplo a crise nas Lojas Americanas³, as grandes empresas – cujos proprietários e sócios fazem parte da parcela mais rica da população – ingressam com planos de recuperação judicial, conseguindo flexibilização de prazos e pagamentos aos credores e negociando redução ou isenção de impostos. A relação com a dívida não afeta a

2 <https://economia.ig.com.br/2022-03-15/gas-de-cozinha-parcelamento.html>

3 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/21/americanas-apresenta-plano-de-recuperacao-judicial.ghtml>

todos da mesma maneira, para os mais pobres o peso moral do não cumprimento com as responsabilidades financeiras pode ser maior.

As dívidas exploradas nas questões do ENEM dialogam com a conduta individual das pessoas, essas questões podem ser consideradas pedagógicas no sentido de ensinar como um sujeito deve se comportar em uma situação de endividamento. Nessa direção, Lazzarato (2017, p. 67) afirma que a “Dívida é a técnica mais adequada para a produção do *homo oeconomicus* neoliberal. A dívida impõe um aprendizado, uso de saberes contábeis e administrativos.” e pode-se acrescentar, impõe aprendizados de saberes matemáticos, pois eles serão necessários tanto para compreender a situação do indivíduo, como para buscar alternativas para o endividamento.

O *homo oeconomicus* neoliberal é o sujeito que enxerga a si mesmo como uma empresa, nessa racionalidade, investir no aprimoramento de suas habilidades e na capacidade de conseguir, pelo seu próprio esforço, o sucesso, é possível por meio da liberdade de escolha. Em contrapartida, recaem sobre o sujeito as responsabilidades pelas opções e direcionamento tomados, cabe a cada um adotar certas medidas para viver sem riscos e não comprometer toda uma população (DARDOT; LAVAL, 2016; SARAIVA, 2013).

As orientações da EF apresentam muitas semelhanças com as características do *homo oeconomicus* neoliberal. A EF almeja que os sujeitos adquiram determinadas habilidades que permitam o melhoramento de seus conhecimentos sobre as finanças, para que assim, possam fazer melhores escolhas, analisando com mais competência situações de risco que possam evoluir para eventuais fracassos, como o superendividamento.

Segundo OCDE (2020, p. 5), é relevante que a EF promova “[...] a conscientização e a compreensão dos direitos e responsabilidades dos indivíduos como detentores de produtos financeiros [...]”, pois existe o risco da dívida se o uso desses produtos não for feito de acordo com os regramentos do mercado. No entanto, a lógica do mercado opera para beneficiar os mais ricos, os participantes não estão em condições de igualdade, pelo contrário, a gestão da desigualdade é motor funcionamento do capitalismo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016)

Considera-se importante que os compromissos financeiros sejam quitados, desde que haja condições mínimas que o permitam. Analisando os materiais e teorizações sobre o tema, parece existir uma exploração do sentido da dívida para moralizar comportamentos e atitudes que levem as pessoas a fazerem sacrifícios, comprometendo o mínimo existencial, para pagarem suas dívidas em uma sociedade estruturada pela desigualdade.

A EF é direcionada para o indivíduo, para que ele possa adotar certas práticas que o mantenham em segurança em um tempo marcado pelas incertezas e fluidez do mercado (SARAIVA, 2013). Lazzarato (2013) afirma que a dívida é uma técnica de poder que possui uma moral caracterizada pela promessa – de pagamento – e pela culpa por havê-la contraído. Os sujeitos endividados são muitas vezes enunciados como culpados não apenas pela sua situação financeira, mas por colocar em risco toda uma população, caso “[...] dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras, que prejudiquem não só sua própria qualidade de vida como também a de outras pessoas” (ENEF, 2010, p. 63) façam parte do cenário financeiro individual.

Para Lazzarato (2013), na sociedade financeirizada, a valorização das liberdades individuais é uma racionalidade que responsabiliza o sujeito pelas suas escolhas. Optar por contrair uma dívida é um exercício de liberdade, ao mesmo tempo, um exercício de responsabilidade, uma relação de poder direcionada para honrar com as dívidas.

Nas palavras do autor “[...] dívida significa tornar a economia imediatamente subjetiva, uma vez que a dívida é uma relação econômica que, para se realizar, implica uma modelagem e um controle da subjetividade, de tal forma que o ‘trabalho’ é indissociável de um ‘trabalho sobre si mesmo’” (LAZZARATO, 2013, p. 30). Portanto, a dívida não se restringe a uma operação econômico-financeira, diz respeito a um modo de se



conduzir segundo regulamentos do mercado na sociedade capitalista neoliberal, em que (quase) todos têm de pagar as dívidas.

GERENCIANDO AS DÍVIDAS E EMPRESARIAMENTO DE SI

O avanço do capitalismo financeiro traz modificações profundas na maneira como as pessoas se relacionam com o dinheiro, uma delas é o gerenciamento das dívidas. Há algumas décadas preponderava um entendimento de evitar a aquisição de dívidas, os esforços dos sujeitos deveriam ser dirigidos para, sempre que possível, pagar à vista, como mostra a questão 25 (ENEM, 2000).

Nas demais questões analisadas, de edições mais recentes, a racionalidade é outra, naturaliza-se uma noção de que as dívidas fazem parte da vida financeira individual, logo cabe a cada um aprender a gerenciá-las, já que ser letrado financeiramente “está relacionado com as escolhas de endividamento e a gestão de dívidas”. (INEP, 2020, p. 20). Na questão 150 (ENEM, 2012), “Arthur deseja comprar um terreno [...] avalia se não seria melhor aplicar o dinheiro [...] resgatando os valores à medida que prestações da opção escolhida fossem vencendo”, mesmo podendo quitar o valor no ato da compra, o personagem avalia, compara e analisa um modo de obter maiores ganhos. Arthur, personagem da questão, busca lucrar e não deseja perder oportunidades, mesmo que para tal feito adquira uma dívida, sendo necessário o gerenciamento dos ganhos e gastos. Comportamento semelhante é percebido em José, amigo do endividado João, na questão 177 (ENEM, 2009), notando uma oportunidade de lucrar oferece empréstimo com taxa de juros de 25% sobre o valor total emprestado.

O gerenciamento da dívida é uma prática do *homo oeconomicus* neoliberal na era do capitalismo financeirizado, que passa não apenas pela quitação das obrigações financeiras, como também, pela busca em conseguir vantagens financeiras. A definição de EF da OCDE (2005, p. 5) salienta a relevância das pessoas “se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras”, o sujeito-empresa precisa estar continuamente arriscando-se em busca de novas oportunidades, não deve ficar na “zona de conforto”, precisa sempre ir além (DARDOT; LAVAL, 2016).

O cuidado e a vigilância sobre as próprias finanças estão relacionados com a governamentalização individual das pessoas visando uma regulação da população. Não interessa para a racionalidade neoliberal estipular regulamentos rígidos sobre o cenário financeiro, mas fortalecer as liberdades individuais diante de uma economia mais flexível e incerta e, por consequência, mais arriscada. Desse modo, as práticas governamentais atuam na disposição dos recursos e das populações para que cada pessoa possa realizar o gerenciamento dos riscos, oportunidades e dívidas (LAZZARATO, 2013; FOUCAULT, 2022).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme foi problematizado neste artigo, o capitalismo vem atravessando transformações que produzem efeitos tanto na economia como nos modos de vida das pessoas. Os processos de financeirização do capital estão vinculados às relações de crédito e, por consequência, às relações de endividamento. Até o início do século XXI, os regimes de verdade governavam para evitar a aquisição de dívidas, as racionalidades mais recentes mostram não só uma normalização do endividamento, como orientações para seu gerenciamento (SARAIVA, 2013; LAZZARATO, 2013, 2017).



As análises realizadas neste artigo colaboraram para mostrar que as dívidas estão cada vez mais presentes nos discursos e na vida financeira das pessoas. Os enunciados estudados nos materiais estão em consonância com alguns princípios neoliberais como: responsabilização individual e gerenciamento das finanças pessoais; tratando o endividamento como uma condição do nosso tempo. Além disso, nos documentos analisados prepondera a interpretação de que a aplicação de conhecimentos de EF seria suficiente para administrar ou reduzir o endividamento, nesse ponto, nota-se uma racionalidade contraditória.

Ao mesmo tempo que são evocadas aplicações da EF nas finanças pessoais para gerenciar o endividamento, o mercado financeiro é sustentado pelas dívidas advindas da tomada de crédito. Logo as dívidas existem porque são condições de existência para os credores e para o capitalismo financeirizado. Nesses termos, considera-se importante que a EF contribua não apenas ensinando a gestão do orçamento, planejamento de ganhos e gastos, reflexões sobre o consumo; como também, debatendo sobre as causas do endividamento e as implicações da dívida nos modos de governo dos indivíduos.

No que tange às pesquisas em EF, entende-se ser relevante mais estudos sobre dívidas e endividamento, para se possa explorar aspectos para além daqueles abordados neste artigo. Estudos relativos aos significados atribuídos pelas pessoas à dívida podem elucidar alguns apontamentos levantados nesta pesquisa, como o efeito moralizante da dívida e sentimento de culpa por ter contraído dívidas ou estar na inadimplência. Outro ponto que merece um olhar atento em pesquisas futuras é o estudo de questões de matemática envolvendo temáticas sobre endividamento, este artigo indica uma inflexão no modo com as dívidas são abordadas, antes evitavam a aquisição de dívidas e mais recentemente parecem valorizar o gerenciamento das dívidas, considerando-as parte da vida econômica e financeira das pessoas.

Autores como Lazzarato (2013; 2017) e Graeber (2022) argumentam que as dívidas estão historicamente atreladas a noção de moral; noção que vem sendo explorada para adoção de certos comportamentos em relação às obrigações financeiras. Nessa direção, Lazzarato (2013, p. 21), sinaliza que “remover da renda qualquer conotação moral” é um movimento tensor da relação credor-devedor, possibilitando comportamentos menos submissos e mais críticos frente ao capitalismo financeiro.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. Matemática: volume I: versão Beta. São Paulo: Moderna, 1995.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: trabalho e consumo. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em http://www.famesp.com.br/_pdf/5a8/trabalho_e_consumo.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.

BRITTO, R. R., KISTEMANN JR., M. A., DA SILVA, A. M. Sobre Discursos e Estratégias em Educação Financeira. *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, v. 7, n.1 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2176-5634.2014v7n1p%p>. [Acesso em 03 set. 2023](#)

CAVALLERO, L.; GAGO, V. Una lectura feminista de la deuda. Fundación Rosa Luxemburgo, 2019.

CAMPOS, C. R., TEIXEIRA, J., COUTINHO, C. Q. S. Reflexões Sobre a Educação Financeira e Suas Interfaces Com A Educação Matemática E A Educação Crítica Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, v. 17, n. 3, p. 556-577, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/25671>. Acesso em 03 set. 2023.



DARDOT, P.; LAVAL; C. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. Plano Diretor. 2010. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FOUCAULT, M. Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978 – 1979) 2.ed. São Paulo, Martins Fortes, 2022.

GRAEBER, D. Dívida: os primeiros 5000 anos. Coimbra: Edições 70, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). PISA 2021: Matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

KISTEMANN Jr., M; DE QUEIROZ, C.; FIGUEIREDO, A. C. Cenários e desafios da educação financeira com a Base Curricular Comum Nacional (BNCC): Professor, livro didático e formação. EM TEIA-Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 11, n. 1, p. 1-26, 2020. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/32407/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LAZZARATO, M. O governo do homem endividado. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LAZZARATO, M. La fábrica del hombre endeudado. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.

MARANHÃO, M. C. S. A. Matemática. São Paulo: Cortez, 1991.

MICHAELIS: dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MUNIZ JR, I. *Econs Ou Humanos? Um Estudo Sobre a Tomada de decisão em Ambientes de Educação Financeira Escolar*. 2016. 431 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

OCDE, Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Recommendation of the council. OCDE, 2005b. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

OECD, Recommendation of the Council on Financial Literacy, OECD/LEGAL/0461. 2022.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: PARAÍSO, M. A. (Org.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 23-45.

SARAIVA, K. Educando para viver sem riscos. Educação, v. 36, n. 02, p. 168-179, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822013000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias curriculares. 3 ed., 7 reimp, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VIEIRA, G.; PESSOA, C. Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais?. Educação Matemática Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 658-688, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>. Acesso em 20 ago. 2023.